

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO

Jonathas Felício – *ICEG/PUCMINAS*

Lucas Mendes – *ICEG/PUCMINAS*

Matheus Aguiar – *ICEG/PUCMINAS*

Victor Hugo – *ICEG/PUCMINAS*

1 INTRODUÇÃO

A economia solidaria é um conceito que surgiu com a ideia de resgatar a solidariedade no sistema produtivo, contrariando à ideia do individualismo competitivo que predomina as sociedades capitalistas. Este conceito se refere aos princípios democráticos e igualitários da auto-gestão, desenvolvendo a solidariedade e a justiça entre os envolvidos no sistema produtivo.

É um movimento social que prega uma forma diferente de desenvolvimento, onde a sociedade não é baseada na concentração de renda e poder, nem nos grandes proprietários de terras, mas sim nos valores de solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e dos direitos humanos.

A competição entre os agentes econômicos gera graves efeitos sociais. Para que isso se resolva, é necessário deixar de lado a competição e seguir a ideia de que é preciso buscar uma situação que favoreça o bem-estar de todos e o desenvolvimento social da sociedade como um todo.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo mostrar a origem e o conceito de economia solidaria, assim como suas características e alternativas dentro do sistema produtivo.

2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A origem da economia solidaria tem, de acordo com estudiosos da matéria, duas fases extremamente importantes. Para um primeiro grupo de teóricos, liderados por Singer (2002), diz-se que a economia solidária inicia-se pela luta dos operários no começo do capitalismo industrial, na conjuntura da revolução industrial (século XVIII). Neste contexto, cabe ressaltar que a disseminação das novas tecnologias como, por exemplo,

motor a vapor, máquinas e ferramentas, modificaram a estrutura produtiva que, até aquele momento, era conduzida por artesãos. Assim, pode-se dizer que com o advento da revolução industrial ocorreram transformações socioeconômicas que caracterizaram a implementação de um novo modo de produção. Esse novo modo de produção baseou-se na mudança do processo produtivo que num primeiro instante era agrícola e, posteriormente, passou a ser industrial. Com isso, houve profunda alteração das condições de vida dos trabalhadores que, ao não reunirem condições para competir com as indústrias, se viram obrigados a ofertar mão de obra, uma vez que vivenciavam um processo de empobrecimento. De acordo com Oliveira (2004), a Revolução Industrial culminou em diversas perdas para os trabalhadores, como se vê a seguir:

“A Revolução Industrial tendeu a expropriar o trabalhador utilizando-se das mais diversas formas, seja tirando as pessoas das antigas comunidades e não lhes dando emprego, seja tirando-lhes o ofício que lhes era próprio, visto que este não poderia concorrer com o modo-de-produção nascente, baseado na mecanização da produção e na divisão do trabalho. Nessas condições é que o surgimento da classe operária se deu com os operários têxteis, artesãos, tinteiros, tipógrafos e sapateiros assalariados e trouxe à cena um novo tipo de trabalhador, aquele expropriado de seus meios de produção (OLIVEIRA, 2004, p. 92).”

Aliado a tal situação, é importante destacar que nos primórdios do sistema capitalista houve grande expansão do nível de exploração dos trabalhadores (ambientes de trabalho insalubres, trabalho infantil, jornadas de trabalho extremamente longas, salários baixos, entre outros) que, ao se virem em um ambiente injusto, organizaram-se através de sindicatos e cooperativas, caracterizando uma luta entre trabalhadores e capitalismo.

As cooperativas eram uma alternativa dos trabalhadores à exploração, é dizer, foi um esforço buscando reconquistar a independência econômica e o trabalho. Havia uma estrutura baseada nos princípios do movimento operário (democracia e igualdade), estruturados pelos pilares ideológicos socialistas.

De acordo com Germer (2007) o cooperativismo se deu da seguinte maneira:

“O cooperativismo formou-se a partir de duas diferentes origens: por um lado, a partir da formação de associações de pequenos capitalistas, que evoluíram para a forma de cooperativas empresariais. A segunda origem do cooperativismo foi a reação de

trabalhadores assalariados, principalmente operários industriais, à piora contínua das suas condições de vida, em contextos de conflito político explícito com a classe capitalista, o que conferiu a essas cooperativas nítido caráter militante. Também neste caso há duas variantes que diferem qualitativamente. Por um lado, as cooperativas de consumo, nas quais a cooperação não se dá na produção, e os associados, na sua maioria, beneficiam-se da cooperativa apenas como consumidores. Quando bem-sucedidas, estas cooperativas expandiram-se, em diversos casos, a ponto de adquirir empresas capitalistas convencionais fornecedoras dos principais meios de consumo, sem no entanto convertê-las em cooperativas (GERMER, 2007, p. 63-64).”

Os sindicatos atuam como forma de representar os trabalhadores em face da justiça visando articular uma associação de empregados com o intuito de conquistar e defender os direitos dos assalariados.

O segundo grupo de teóricos composto por pensadores como Costa (2007) e Germer (2007), avaliam que houve um rompimento da economia solidária ao longo do século XX, ressurgindo no final deste mesmo século, mais precisamente na década de 1970 com a crise econômica dos países capitalistas e o advento da globalização. Assim, a atual fase da economia solidária é um processo recente, iniciado a partir das significativas mudanças verificadas a partir da década de 1970 e as pressuposições para a classe trabalhadora que produziram circunstâncias favoráveis para a ampliação das maneiras de combate ao desemprego e pobreza.

A partir das situações expostas, torna-se importante evidenciar o conceito e as características da Economia Solidária.

Em toda literatura relacionada à Economia Solidária nota-se uma ideologia extremamente sustentável, associada à distribuição de renda formação de empregos, incentivando integração, solidariedade, justiça econômica e social, preservação ambiental e autogestão (exercício do poder compartilhado) em meio a população. Neste sentido, verificam-se valores sociais que apresentam uma maneira diferenciada de consumo e qualidade de vida. Com base em tais valores, a Economia Solidária centraliza o conhecimento, o trabalho e o suporte às insuficiências sociais, mas, com um modelo de gestão com utilização ponderada dos recursos públicos.

Assim, Mello (2005) define Economia Solidária como:

“a economia solidária é uma forma da economia que se desenvolve através de empreendimentos autogestionados, uma forma coletiva e participativa em que os próprios trabalhadores são produtores, proporcionando uma distribuição mais justa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente” (MELLO, 2005, pag. 151, 152).

Com base nos aspectos observados, é possível dizer que este tipo de organização visa extinguir desigualdades e exclusões sociais apontando possibilidades para geração de renda e trabalho buscando sempre atender as necessidades humanas. Além disso, busca-se a introdução de uma democracia participativa objetivando exigir um acordo com o setor público para a democratização da riqueza, do saber e do poder.

Sugere, ainda, uma atividade econômica com preços comerciais justos, buscando divisão igual de crescimento produtivo entre os diversos países e grupos.

A partir do contexto explanado a Economia Solidária da maior valorização ao trabalho em relação ao capital auxiliando no desenvolvimento humano, a partir de atividades econômicas de autogestão e divisão dos resultados provenientes do trabalho. Assim, busca-se impedir a contradição presente no sistema capitalista em que há elevação do grau de produtividade, mas, com abandono da classe trabalhadora.

3 ECONOMIA SOLIDARIA: UMA ALTERNATIVA AO CAPITALISMO?

O fenômeno chamado de economia solidaria surgiu no final do século 20, quando uma enorme parcela da população da América Latina estava vivendo em situação de pobreza/miséria. Segundo Araújo e Lima (ANO), a economia solidaria busca soluções capazes de minimizarem os problemas causados para aqueles que são excluídos do capitalismo, como por exemplo as crises de desemprego e a da previdência nos países industrializados. Este fenômeno é uma forma capitalista de prestar serviços sociais, e visa proporcionar melhoria na qualidade de vida das pessoas de baixa renda, para os estudiosos desse assunto, todos devem ter acesso a saúde, educação, etc.

Para Gaiger (2005) o sistema solidário citado é uma alternativa para os desempregados e para aquelas pessoas de baixa renda levando em consideração que os empreendimentos baseados no trabalho cooperativo, na autogestão e na livre associação, são iniciativas que se voltam para esta classe da população.

A economia solidaria mostra que o capitalismo não é a única forma de produção, já que ela possibilita aos trabalhadores benefícios que foram gerados pelo próprio trabalho, melhorando o bem-estar dos mesmos. Este modelo, é apropriado para os desempregados que necessitam de alternativas para sobreviver.

Partindo disso, Singer (2000) diz que as atividades sociais são vistas como alternativa ao capitalismo por dois lados: o primeiro é relacionado ao desemprego e a falta de renda da população que não está inserida no mercado de trabalho e que necessita ter acesso aos bens essenciais (alimentos, vestuários, moradia) para sobreviver. O segundo se relaciona com a possibilidade de criação de um outro sistema que gerasse a inclusão social, ou seja, outro sistema que seria capaz de substituir o capitalismo. A economia solidaria, busca romper a questão da competitividade, da alienação e da gestão que estão inclusas no processo de trabalho, tornando assim, este fenômeno, uma coisa positiva se relacionado a geração de trabalho e renda.

Como todo sistema, o da economia solidaria também enfrenta grandes dificuldades, seja para gerar a inclusão social ou também para criar uma sociedade alternativa ao capitalismo. O modelo tem tido uma grande dificuldade para mobilizar pessoas que estejam dispostas a ajudar na construção da nova sociedade, e também, este tipo de empreendimento tem muita dificuldade de se inserir no mercado, reduzindo assim a capacidade de promover a inclusão social.

Tomé (ANO) afirma que a economia solidaria não é uma ameaça ao capitalismo, já que a população excluída do mercado de trabalho precisa gerar renda para sobreviver. Isso só ajuda o capital a ganhar força. Além disso, deve-se pensar em ações imediatas para controlar os problemas sociais e a economia solidaria cumpre muito bem isso.

Araújo e Lima (ANO) afirmam que a economia solidaria mostra que o capitalismo não é a única forma de produção, já que ela possibilita aos trabalhadores benefícios que foram gerados pelo próprio trabalho, melhorando o bem-estar dos mesmos. Este modelo é um mecanismo muito forte no combate à exclusão social e representa uma alternativa variável a geração de trabalho e renda, além de ser bastante apropriado para os desempregados que necessitam de alternativas para sobreviver.

4 ESTUDO DE CASO

Conhecido o conceito de Economia Solidária e brevemente seu histórico, visa-se investigar as coerências e incoerências de um grupo específico de empreendedores no que

refere aos princípios do movimento de Economia Solidária em questão, e se esse grupo possui as características e atributos de uma organização de Economia Solidária.

Eclodida da campanha da fraternidade¹ de 2010, a Feira de Economia Popular Solidária é realizada anualmente pela Pró-reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pela Arquidiocese de Belo Horizonte e também pelo Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. O grupo objeto de análise é formado pelos expositores da Feira de Economia Popular Solidária realizada em maio de 2016. O grupo é composto por oitenta expositores, dos quais cinquenta são vinculados a fóruns municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e os demais – trinta – são vinculados a fóruns municipais de outras regiões mineiras. (MINAS, 2015)

Mediante dados de entrevistas realizadas pela Pró-reitoria de Extensão com os trabalhadores da feira, é possível identificar o perfil dos trabalhadores do grupo e analisar alguns pontos condizentes ou não com os princípios da economia solidária: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica.

Os princípios ficam mais claros em fragmento do Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SNIES) citado por Bertucci e Pereira (2016):

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

¹ A Campanha da Fraternidade é uma campanha da Igreja Católica realizada todos os anos, no período da quaresma, desde 1964. (SANTOS, 2016)

Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

O grupo de empreendimentos é predominantemente constituído por mulheres cristãs, pardas, casadas e acima de 50 anos. Ainda que o movimento de economia solidária seja uma alternativa à renda e desta forma ter ganhado maior adesão na atual conjuntura econômica recessiva, aproximadamente 70% dos expositores da feira de 2016 iniciaram o empreendimento antes do início deste cenário, em 2013. Sento assim, essa feira em específico não teve grandes impactos decorrentes da crise econômica-política vivida atualmente no país.

O caráter de solidariedade é o princípio que dá nome à organização e é o valor mais lembrado pelos trabalhadores. Corroborando com esse princípio, 24 entre 30 entrevistados, afirmam existir essa solidariedade no movimento solidário, ao passo que acreditam haver uma preocupação com o bem estar e qualidade de vida dos outros integrantes do movimento. E ainda, 74% destes, afirmam ter passado por uma alteração positiva em seu padrão de vida.

O princípio da cooperação foi o segundo mais citado pelos empreendedores e tem alguns aspectos que condizem com o descrito no Termo de Referência do SNIES a respeito deste princípio. Interesses e objetivos comuns tornaram-se evidentes quando mais de 80% dos entrevistados afirmaram realizar tal atividade para comercialização de produtos, diretamente ao consumidor, em feiras livres e/ou eventuais de áreas urbanas. Contudo, um aspecto de extrema relevância para economia solidária, não se demonstrou

explícito nos dados utilizados por este estudo, no que concerne a informação da propriedade coletiva dos bens e se é realizada a repartição dos resultados.

A autogestão foi um princípio pouco lembrado pelos expositores, talvez por isso pouco mais de 35% dos entrevistados afirmaram utilizar conhecimentos contábeis na gestão de seu empreendimento. Há de se ressaltar o interesse, por 71,7% destes, em cursos de capacitação e acompanhamento contábil. Entretanto, um movimento de economia solidária não pode depender de ações externas para realização destas atividades. Sobretudo, o fato de não utilizarem conhecimentos contábeis não retratam a forma como são geridas e coordenadas as atividades deste grupo, pois é possível através de conhecimentos empíricos realizarem uma gestão eficiente. E ainda as informações utilizadas não abrangem informações suficientes para uma análise dos aspectos de direção, tomadas de decisões e qual o nível de independência e autonomia destes feirantes.

Dimensão Econômica foi citada por apenas nove empreendedores entre os 74 entrevistados. Isso se dá, presumivelmente, pela amplitude deste princípio que envolve aspectos culturais, ambientais e sociais. Os pontos comuns citados anteriormente a respeito do princípio da cooperação ilustram que o incentivo de associação é de uma motivação econômica pertinente. Pode-se ainda ressaltar que 48% dos empreendedores buscaram essa atividade com intuito de complementar renda e para mais de 50% dos entrevistados, essa atividade compõe maior parte da renda familiar ou toda ela. Tornando evidente uma relevante capacidade de geração de renda do coletivo em questão.

Passados pelos quatro princípios da SNIIES, também é pertinente analisar o objeto de estudo pelo prisma do seguinte fragmento da Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária:

[...] são pontos de convergência: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2013)

No tocante a valorização social do trabalho, esse princípio é inteiramente ratificado pelo grupo, visto que entre os entrevistados nenhum empreendedor considera

mais significativo a acumulação de capital e de riquezas em detrimento da valorização do trabalho, e ainda, 29% entre esses, consideram a valorização do trabalho mais relevante que a acumulação de renda.

Uma característica preponderante deste grupo corrobora veemente com o preceito da participação feminina na atividade econômica, devido a 73,6% dos entrevistados serem do sexo feminino e desta forma ilustrarem o espaço ocupado pela mulher na atividade deste movimento. Além disso, mediante breve contato com o trabalho dos expositores, é notório uma relativa predominância, dentre os produtos comercializados, por aqueles que são teoricamente destinados ao gênero feminino, evidenciando o lugar fundamental da mulher não só como produtoras, mas também como consumidoras potenciais.

Os valores da cooperação e da solidariedade já foram abordados anteriormente, e assim como estes, dispomos de dados insuficientes para analisarmos a relação do movimento para com o meio ambiente.

Um fator da carta que não condiz muito com a realidade do grupo, é o que se refere à priorização e orientação pela satisfação plena das necessidades de todos. Os dados coletados expõe isso através das distintas rendas familiares, os diferentes motivadores para realizar a atividade no movimento, o razoável grau de confiança entre os feirantes e para mais de 20% dos empreendedores a qualidade de vida ter ficado inalterada ou piorado após inserção no movimento de economia solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realização de uma análise dos dados vis a vis conceitos e critérios que caracterizam um grupo de economia solidária, é inconclusivo afirmar de forma generalizada o grau de adesão a estes princípios, pois algumas características determinantes de uma economia solidárias não foi possível analisar devido insuficiência de dados e informações. Contudo é válido ressaltar pontos que ilustrem a adesão ao movimento, e pontos que não corroboram com os conceitos de economia solidária.

Dois fatores importantes é a formalização do coletivo de economia solidária e a realização da atividade de forma permanente e não esporádica, contudo 62% dos entrevistados, afirmaram se organizarem informalmente e ainda, 33,78% dos empreendedores, informaram realizar tal atividade de forma eventual em feiras e exposições.

Sobretudo o grupo de estudo possui em sua grande parte os valores de cooperação e solidariedade, não de forma homogênea e estritamente como nos critérios expostos anteriormente, mas de uma forma significativa para os integrantes do grupo e para a sociedade como um todo. O caráter inclusivo, a busca por alternativa de renda, por socialização e por qualificação profissional e humana, torna o coletivo analisado mais que pertinente para seus integrantes e para com os objetivos de uma economia solidária.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vanessa Marzano; LIMA, Ivis de Bento. **Capitalismo Global e Economia Solidária: debates e desafios**. IN: 1.UFLA, Lavras, Minas Gerais; 2.UFSJ, São João Del-Rei, Minas Gerais, Brasil. Disponível em:

<<http://www.sober.org.br/palestra/6/478.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2016.

BERTUCCI, Jonas; PEREIRA, Fernando Batista. A Economia Popular Solidária em Belo Horizonte: linhas de ação propostas para programas de microcrédito. Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pbh/arquivos/mod5parte3.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2016

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios da Economia Solidária. III Plenária Nacional da Economia Solidária. 2013 Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=63> Acesso em: 18 mai. 2016

MINAS, PUC TV. PUC Comunidade - 18/09/2015 - Documentário 'Feira e Seminário de Economia Solidária na PUC Minas'. YouTube, 22 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vgP_Yk9ka4A> Acesso em: 18 mai. 2016.

SANTOS, Juberto. O que é a Campanha da fraternidade? Disponível em: <<http://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/14.htm>> Acesso em: 17 mai. 2016

SINGER, P. Economia dos setores populares. In: KRAYCHETE, G., LARA F., COSTA, B. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.